

BOLETIM 779

Brasília, 30 de Abril de 2019

1º DE MAIO

FORTALECER NOSSA UNIDADE E DEFENDER NOSSOS DIREITOS!!!

TRABALHADORAS E TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO E DEMAIS CATEGORIAS DO PLANO DA CONTRICOM,

O 1º de Maio acontece, mais uma vez, em meio a notícias ruins e nebulosas para os trabalhadores.

O desemprego continua em alta, atingindo de forma muito cruel nossos trabalhadores da construção, como revelaram recentes dados divulgados pelo IBGE.

O emprego está cada vez mais precário em razão do desmonte que fizeram da CLT na propalada “reforma trabalhista” e da “nova” lei das terceirizações, cujos autores prometeram milhões de empregos que não apareceram até hoje.

Atualmente, somos obrigados a ficar vigilantes até mesmo para garantir o fichamento dos operários na Carteira de Trabalho, principalmente após o sucateamento e posterior extinção do Ministério do Trabalho.

O patronato, estimulado pela flexibilização da lei, só quer saber de reduzir custos, às custas dos direitos dos trabalhadores.

Nossas entidades, em todos os níveis de representação, agonizam com o fim da Contribuição Sindical compulsória, agravado pela Medida Provisória 873, do atual governo, que quer fechar de vez as organizações dos trabalhadores.

Como se nada disso bastasse, ameaçam, agora, nossas aposentadorias, através de outra “reforma”, a



da Previdência, que, como a outra, vem acompanhada da falácia da “modernidade” e da “geração de empregos”, como se fôssemos bobos.

Nós, trabalhadores da construção e de outras categorias semelhantes, que começamos a trabalhar mais cedo, simplesmente não vamos conseguir nos aposentar se conseguirmos aprovar essa proposta previdenciária que viola a própria Constituição.

A boa notícia é que o movimento sindical, através das Centrais e do Sistema Confederativo, está mais unido na defesa do emprego, dos direitos e das suas organizações.

Este 1º de Maio consolidará nossa unidade e a luta que deve desaguar numa poderosa greve geral prevista para o mês de junho.

A CONTRICOM deseja a todos os trabalhadores que representa e às suas entidades filiadas um 1º de Maio de muita reflexão, luta e mobilização, sem perder a alegria jamais.

Se pensam que nos derrotaram, não conhecem a nossa história e o velho ditado: **confiar é preciso, seguir em frente é necessário, dar a volta por cima é uma questão de honra!**

**CONTRA O DESMONTE DA CLT E EM DEFESA DAS
APOSENTADORIAS!
VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO
E DO MOBILIÁRIO!
VIVA O 1º DE MAIO!**

Brasília, 1º de Maio de 2019

Altamiro Perdoná
Presidente



Com greve geral na mira, centrais finalizam ato de 1º de Maio

Entidades definiram 14 de junho como data de paralisação nacional contra reformas do governo Bolsonaro

Com algumas mudanças na grade de atrações artísticas, as centrais sindicais finalizam os preparativos para o ato unitário do 1º de Maio, nesta quarta-feira, a partir das 10h. Nesta terça (30) à tarde, dirigentes das entidades vistoriam o palco instalado no Vale do Anhangabaú, na região central de São Paulo, onde haverá também um ato político.

As centrais já definiram o dia 14 de junho para realização de uma greve geral contra as reformas do governo Bolsonaro e em defesa dos direitos sociais. A data deverá ser oficializada durante o evento.

A data foi definida na última sexta-feira (26), em reunião na sede da Força Sindical. Na próxima segunda-feira (6), as centrais voltarão a se encontrar para avaliar o ato e discutir os próximos passos. As entidades também programam conversas com movimentos sociais e, particularmente, com sindicalistas do setor de transportes, considerado estratégico para a paralisação. Em relação ao projeto de "reforma" da Previdência, continua a coleta para abaixo-assinado que será entregue ao Congresso.

Antes da greve, em 15 de maio, as centrais participarão de um dia de luta contra a "reforma". Nessa data também ocorre paralisação dos trabalhadores no setor de educação.

Os artistas confirmados para o Anhangabaú são a cantora de funk carioca Ludmilla, a dupla sul-

mato-grossense Maria Cecília e Rodolfo, outra dupla, esta do interior paulista, Edson e Hudson, a sambista e deputada Leci Brandão, o sambista mineiro Toninho Geraes, o grupo Mistura Popular, a jovem cantora sertaneja Yasmim Santos, de 20 anos, e os goianos Guilherme e Santiago.

O ato político começará às 11h, com representantes das frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, além do Fórum Nacional das Mulheres. Ao meio-dia, será a vez dos partidos que se opõem à "reforma" da Previdência e às 13h, falarão os dirigentes das 10 centrais que participam da organização. Depois das falas, vêm as apresentações musicais, com término previsto para as 20h30.

Fonte: Rede Brasil Atual

Maia quer aprovar reforma em dois meses

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, reafirmou nesta segunda-feira (29) que trabalha para aprovar a reforma da Previdência na Casa até o fim do semestre. Acompanhado do presidente da comissão especial, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), e do relator da proposta, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), ele reuniu-se com o ministro da Economia, Paulo Guedes, no início desta noite.

Maia disse, no entanto, que não dependerá apenas dele encaminhar a reforma ao Senado no segundo semestre. Ele acrescentou que a comissão especial definirá um cronograma de trabalho nos próximos dias e cobrou empenho da base aliada para acelerar a tramitação do texto.

Fonte: Agência CÂMARA



Maia: aumento de imposto não passa na Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou nesta segunda-feira (29) que a Câmara não aprovaria aumento em impostos. A declaração vem após o secretário especial da Receita, Marcos Cintra, anunciar a possibilidade de o governo criar um novo imposto que acabaria com a contribuição previdenciária que incide sobre folha de pagamento.

"Não vamos tratar de aumento de impostos na Câmara, não passa. O foco agora é a Previdência para fazer o país crescer, gerar empregos. Depois vamos debater a reforma tributária para cortar impostos, não para aumentar", disse Maia nas redes sociais.

Em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, Cintra declarou que o novo tributo para simplificar o modelo de arrecadação no país recairia inclusive sobre igrejas, que estão isentas atualmente.

Da base área de Brasília, Bolsonaro afirmou que a "declaração não procede". "Quero dizer que em nosso governo nenhum novo imposto será criado, em especial contra as igrejas, que, além de terem um excelente trabalho social prestado a toda a comunidade, reclamam eles, em parte com razão ao meu entendimento, que há uma bitributação nessa área", disse.

Fonte: Brasil247

Temer vira réu em denúncia sobre Decreto dos Portos

A Justiça Federal em Brasília aceitou nesta segunda-feira (29) denúncia apresentada em dezembro do ano passado contra o então presidente Michel Temer e mais cinco investigados pelos crimes de corrupção ativa, passiva e lavagem de dinheiro.

A denúncia foi feita no inquérito que investiga o suposto favorecimento da empresa Rodrimar S/A na edição do chamado Decreto dos Portos (Decreto 9.048/2017), assinado em maio de 2017 por Temer.

Também foram denunciados e se tornaram réus dois empresários ligados a Rodrimar, o ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures o ex-coronel da PM e amigo de Temer, João Batista Lima.

O caso começou no Supremo Tribunal Federal (STF), mas foi enviado à primeira instância após Temer deixar o cargo e perder foro privilegiado na Corte.

Após a apresentação da denúncia, a defesa do ex-presidente informou que Temer provará sua inocência.

A Rodrimar informou que os denunciados ligados à empresa estão afastados e que a companhia pauta sua gestão com base nos padrões de governança corporativa.

Fonte: Agência Brasil

Onde estão os empregos da Reforma Trabalhista?

(*)Por Daniel Almeida

Fica cada vez mais claro o que a Bancada do PCdoB no Congresso já denunciava na época da aprovação da Lei 13.467/17. O discurso do governo Michel Temer, efetivamente, era mentiroso ao sustentar que a proposta iria modernizar as relações trabalhistas, gerar empregos e garantir o crescimento da economia.

Pelo que vemos na prática, o objetivo nunca foi reformar nada, modernizar muito menos, mas, sim, suprimir direitos, eliminar custos, potencializar lucros às custas do trabalho. Hoje a realidade é totalmente diferente do que foi prometido. E a precarização das relações trabalhistas se alastra, em todos os segmentos, na medida em que os empregos gerados são precários e informais.

Os novos dados do IBGE/Pnad Contínua, em abril de 2019, continuam apontando para o aumento do desemprego no país. Segundo o instituto, o número de desempregados no Brasil foi de 13,1 milhões de pessoas. Isso representa alta de 7,3% em relação ao trimestre anterior. O número é o maior desde o início da série histórica do IBGE, iniciada em 2012, e representa uma taxa de subutilização da força de trabalho de 24,6%.

O que se viu foi a ampliação do trabalho parcial, autônomo, informal e precarizado em relação ao emprego formal. Isso porque na análise do terceiro e quarto trimestres de 2018 da pesquisa do IBGE/Pnad Contínua, quase 5 milhões de trabalhadores tiveram as jornadas de trabalho reduzidas para menos de 30 horas semanais, sendo que, dentre eles, 1,3 milhão estavam insatisfeitos com essa mudança.

Infelizmente, deu-se um passo gigantesco para o que alguns chamaram “homem-máquina”, trabalhadores com direitos reduzidos, manutenção barata e suficiente para que siga trabalhando e gerando lucros, deixando de lado até mesmo sua saúde e segurança. Tanto que a participação dos salários no

Produto Interno Bruto (PIB) se reduziu, porque as pessoas estão ganhando menos e deixando de comprar. Não há, portanto, desenvolvimento econômico.

A nova lei é nítida e direcionada a favorecer o empregador. Retira a isonomia entre a força de trabalho e o empregador, procura ainda dificultar e amedrontar o empregado na busca do seu direito impondo o risco de condená-lo, sendo sucumbente, a custas periciais e honorárias.

A defesa cotidiana de que nos EUA o empregado praticamente não tem direito, mas todos querem trabalhar, é uma bobagem repetida sem pensar. Usar como parâmetro um país líder mundial em PIB, a maior potência mundial, como referência, autorizaria o mesmo pensamento em outras áreas. Nessa lógica, poderíamos desarmar a polícia, porque na Grã-Bretanha eles fazem o policiamento com cassetetes e spray de pimenta. Não se pode simplesmente copiar modelos, existem etapas conquistadas para que os países cheguem a determinado resultado positivo.

A Reforma Trabalhista, sem dúvidas, precisa ser revogada. Está na hora de o governo Bolsonaro parar de causar confusão dentro do Palácio do Planalto e no Congresso e começar a trabalhar em favor do Brasil. É fundamental esforço concentrado para planejar e executar medidas urgentes de forma a debelar a grave crise do emprego no país.

(*) Deputado Federal (BA) e líder do PCdoB na CD

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS